

PEIC

Relatório mensal

Elaborado por: André Spalenza,
Gercione Dionizio e Eduarda Gripp.



INADIMPLÊNCIA CAI PARA 33,9% EM JANEIRO E RETIRA 76,9 MIL CAPIXABAS DA INADIMPLÊNCIA

PORÉM O VALOR MÉDIO DAS DÍVIDAS SOBE PARA R\$ 1.499 E AUMENTA
O PESO FINANCEIRO PARA QUEM PERMANECE NEGATIVADO

DESTAQUES

INADIMPLÊNCIA GERAL

33,9% (-1,8 PP MÊS)

REDUÇÃO DA INADIMPLÊNCIA
(NÚMERO DE PESSOAS)

76,9 PESSOAS

FAMÍLIAS COM RENDA DE ATÉ 10 S.M

INADIMPLÊNCIA

38,0% (-2,1 PP MÊS)

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO
TOTAL

15% (+1,7 PP MÊS)

TÍQUETE MÉDIO
DA DÍVIDA

**R\$1.499,10
(+ R\$ 6,23)**

FAMÍLIAS COM RENDA ACIMA DE 10 S.M

INADIMPLÊNCIA

10,5% (-0,5 PP MÊS)

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO
TOTAL

23,8% (-3,5 PP MÊS)

VALOR MÉDIO DA
DÍVIDA POR PESSOA

**R\$ 5.916
(+ R\$ 67,15)**

Em janeiro de 2026, o número de famílias endividadas caiu e as condições de pagamento melhoraram. Apesar disso, a inadimplência ainda é alta, especialmente entre famílias de menor renda, que seguem mais expostas a dívidas caras e com maior peso no orçamento.

PERFIL DA INADIMPLÊNCIA

**TAXA DE INADIMPLÊNCIA CAI ENTRE OS CAPIXABAS,
MAS O CUSTO DA DÍVIDA EM ATRASO AUMENTA**

A taxa de inadimplência no Espírito Santo, no primeiro mês do ano, foi marcada por um novo recuo. Em janeiro de 2025, a inadimplência capixaba chegou a 33,9%, queda de 1,8 ponto percentual em relação a dezembro de 2025 (35,7%). Portanto, o número de capixabas inadimplentes ficou 76,9 mil abaixo do registrado em dezembro de 2025.

Apesar desta queda, a taxa permaneceu próxima à observada em janeiro de 2025 (33,5%) e, também, à média de 2025 (33,8%). Além disso, a inadimplência das famílias capixabas permanece acima da média brasileira, que em janeiro de 2025 foi de 29,3%.

A queda da inadimplência capixaba, apesar de influenciada por fatores sazonais, ocorre em um contexto de elevação do tíquete médio das dívidas e ampliação do número de registros negativos no estado. De acordo com dados do Serasa Experian, após a alta observada em dezembro, o tíquete médio da dívida negativada — calculado pela razão entre o valor médio devido e o número médio de débitos por inadimplente — alcançou R\$ 1.499,10, acréscimo de R\$ 6,23. Além disso, o número médio de dívidas por capixaba inadimplente aproximou-se de quatro no mês.

Taxa de inadimplência, por renda,
Espírito Santo, janeiro de 2026

	jan/26	dez/25	2025		Brasil
			janeiro	média	janeiro
Inadimplência GERAL	33,9	35,7	33,5	33,8	29,3
Inadimplência por RENDA DA FAMÍLIA					
até 10 salários-mínimos	38,0	40,1	37,7	37,9	32,8
acima de 10 salários-mínimos	10,5	11,0	8,0	10,2	14,8

Fonte: CNC. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

Entre as famílias com renda de até 10 salários mínimos, a inadimplência saiu de 40,1% em dezembro e chegou a 38% em janeiro, representando uma queda de 2,1 pontos percentuais. A partir desse comportamento se estima que aproximadamente 73,9 mil capixa-

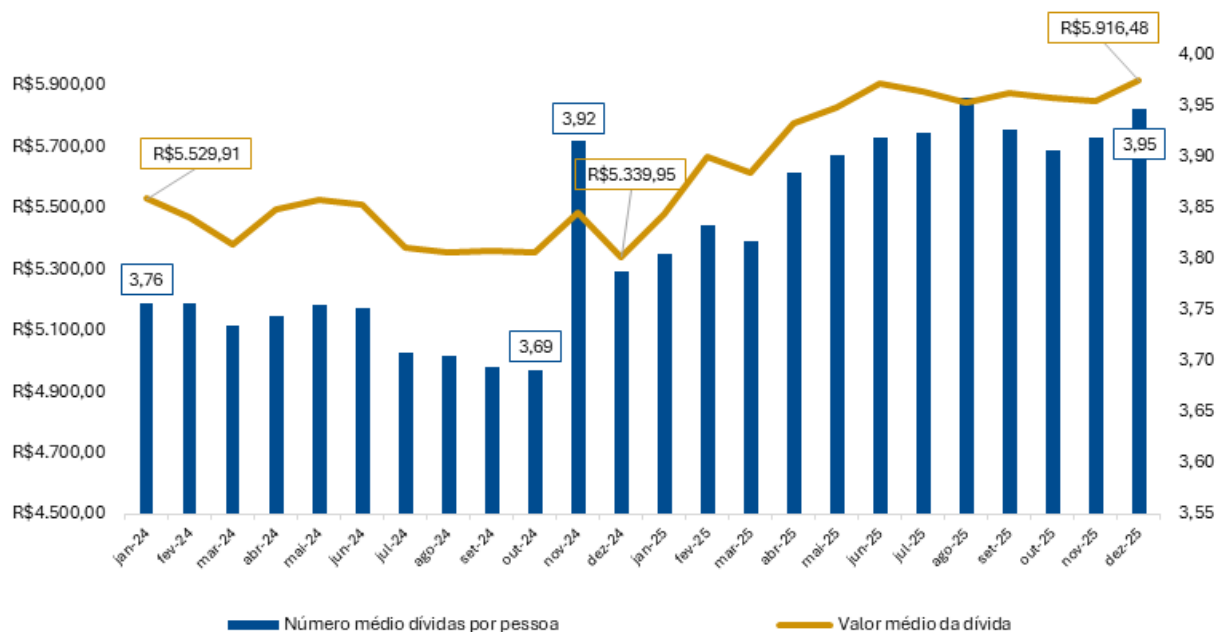
bas de menor renda tenham deixado a inadimplência. Entre as famílias com renda acima de 10 salários apresentou uma queda de 0,5 ponto percentual e a taxa de inadimplência desse grupo chegou a 10,5%, mantendo-se abaixo da média brasileira de 14,8%.



Mesmo com a redução do número de inadimplentes no estado, o comportamento das dívidas indica um encarecimento da inadimplência. O aumento do tíquete médio revela que, individualmente, cada dívida está mais cara, sugerindo maior peso financeiro por conta negativada —

seja por valores mais altos de crédito contratado, seja por acúmulo de encargos. Esse encarecimento, quando comparado ao salário mínimo vigente (R\$ 1.621,00), evidencia uma deterioração adicional da situação financeira dos capixabas inadimplentes.

Característica da dívida média, Espírito Santo, janeiro de 2026



Fonte: Serasa Experian. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

Por exemplo, para quem ganha entre um e dois salários mínimos, uma única dívida já compromete boa parte da renda mensal — e isso sem considerar que o inadimplente médio acumula cerca de quatro débitos. Na prática, mesmo com menos pessoas inadimplentes, quem permanece nessa condição enfrenta um passivo mais pesado e maior dificuldade para voltar a pagar suas contas.

Desde 2019, início da série, a dívida média dos capixabas oscilou entre R\$ 3.963 e R\$ 5.916, porém, apenas nos últimos 12 meses, essa dívida apresentou uma alta de aproximadamente R\$ 600 reais. Por outro lado, o número de dívidas permaneceu próximo a quatro, saindo de 4,22 em janeiro de 2019 para 3,95 em janeiro de 2026.

Apesar disso, houve melhora na capacidade de pagamento das famílias com renda de até 10 salários. O percentual de famílias que afirmam serem capazes de pagar suas dívidas em atraso no próximo mês aumentou 1,7 ponto percentual, saindo de 13,3% em dezembro para 15,0% em janeiro.

Esse aumento ocorreu pela redução daquelas famílias que afirmavam serem capazes de pagar só uma parte da dívida. Por outro lado, entre as famílias com renda superior a 10 salário houve queda de 3,5 pontos percentuais entre as famílias que afirmam serem capazes de pagar integralmente suas dívidas.

Capacidade de pagamento das dívidas em atraso, por faixa de renda das famílias, ES, dezembro de 2025

	ATÉ 10 salários		ACIMA DE 10 salários	
	jan/2026	dez/2025	jan/2026	dez/2025
Condições de pagamento				
Total	15,0	13,3	23,8	27,3
Parcial	27,8	29,4	47,6	40,9
Sem condições	57,2	57,3	28,6	31,8
Tempo de atraso				
Até 30 dias	15,7	14,9	33,3	27,3
Entre 30 e 90 dias	22,9	22,9	42,9	50,0
Acima de 90 dias	61,4	62,2	23,8	22,7

Fonte: CNC. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

Nota: Não foram incluídos o percentual de famílias que não souberam responder às perguntas.

Outro ponto positivo observado em janeiro foi o aumento da participação das dívidas em atraso há até 30 dias entre ambos os grupos familiares. Entre as famílias de menor renda, a proporção avançou 0,8 ponto percentual, alcançando 15,7%. Já entre as famílias de maior renda, o aumento foi mais expressivo, de

6 pontos percentuais, elevando o índice para 33,3%.

O aumento das dívidas com atraso de até 30 dias é positivo porque mostra que mais famílias estão conseguindo regularizar suas contas rapidamente, antes de entrar em inadimplência plena.

Isso reduz a cobrança de juros e multas, evita que as dívidas cresçam demais e diminui os efeitos sociais da inadimplên-

cia, como queda no consumo e maior dificuldade de acesso ao crédito.

PERFIL DO ENDIVIDAMENTO

Endividamento cresce e consolida maior comprometimento futuro da renda

Janeiro de 2026 marca a consolidação da tendência de expansão do endividamento das famílias capixabas, iniciada em setembro de 2025. Neste mês, a taxa de endividamento capixaba chegou a 89,5%, aumento de 0,9 ponto percentual quando comparado a dezembro de 2025. Com esse aumento, o endivida-

mento se manteve acima do registrado em janeiro de 2025 (88,7%) e às médias de 2025 (88,6%) e nacional (79,5%).

Portanto, quase 90% das famílias capixabas possuem algum tipo de dívida a ser paga e, essa taxa, supera a observada no Brasil e a média dos últimos meses.

Embora o endividamento seja uma característica estrutural do padrão de consumo brasileiro, apoiado no parcelamento de bens de maior valor, níveis elevados de dívida ampliam o comprometimento futuro da renda, reduzindo a

parcela disponível para consumo corrente. Esse maior comprometimento limita a flexibilidade do orçamento das famílias e restringe sua capacidade de ajustar gastos ou responder a necessidades imprevistas.

Taxa de endividamento, por renda, Espírito Santo, janeiro de 2026

	jan/26	dez/25	2025		Brasil
			janeiro	média	janeiro
Endividamento GERAL	89,5	88,6	88,7	88,6	79,5
Endividamento por RENDA DA FAMÍLIA					
até 10 salários	91,3	90,4	89,5	89,9	81,9
acima de 10 salários	78,0	76,5	83,5	80,2	68,3

Fonte: CNC. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

A inadimplência permanece mais elevada entre as famílias capixabas com renda de até 10 salários mínimos. Nesse grupo, a taxa de endividamento atingiu 91,3% em janeiro, avanço de 0,9 ponto percentual em relação a dezembro

de 2025. Entre as famílias com renda acima de 10 salários mínimos, o indicador alcançou 78%, crescimento de 1,5 ponto percentual comparado ao mês anterior (76,5%).

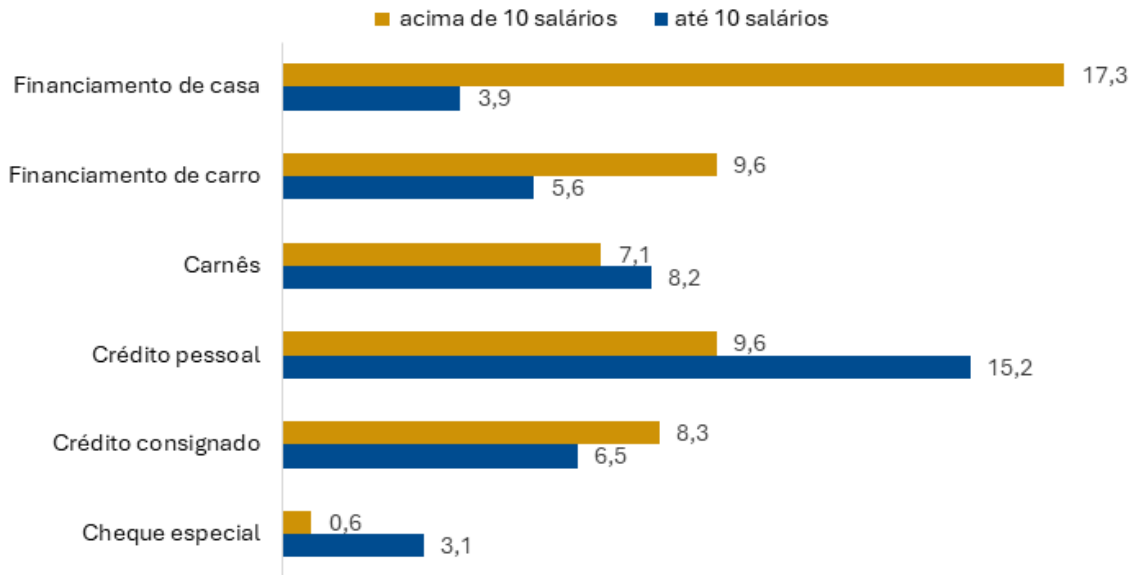
Esse comportamento reforça que as famílias de menor renda seguem operando com menor flexibilidade orçamentária, tanto no presente quanto na capacidade de ajustar seu consumo futuro.

Quanto às principais fontes de endividamento das famílias capixabas, o cartão de crédito segue como a principal. Em janeiro de 2026, quase todas as famílias capixabas indicaram o uso do cartão de crédito, sejam as famílias com

maior renda (99,4%) ou menor renda (91,6%). Quando se observam as demais modalidades, as famílias de menor renda, ganham destaque no uso dos carnês e do crédito pessoal (fontes ligadas ao consumo imediato e de emergência). Já entre as famílias de maior renda, o endividamento ocorre majoritariamente por meio de financiamentos imobiliários e de veículos, o que revela maior acesso a crédito estruturado e orientado à aquisição de ativos duráveis.



Principais fontes de endividamento
(exceto cartão de crédito) por renda,
ES, janeiro de 2026



Fonte: CNC. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

A análise por modalidade também mostra diferenças na dinâmica de risco. O crédito pessoal tem presença significativa nas famílias de menor renda, o que indica dependência de operações menos favoráveis em termos de juros e prazos. Entre as famílias de maior renda, a relevância do financiamento imobiliário — mais de cinco vezes superior à

observada entre famílias de menor renda — evidencia a capacidade de assumir obrigações longas e de maior valor, algo restrito a quem possui maior estabilidade de renda.



Entre as famílias com renda de até 10 salários mínimos, o endividamento é dominado por dívidas de curto e médio prazo, o que comprime a renda mensal e reduz a flexibilidade do orçamento no presente. Já entre as famílias com renda superior a 10 salários

mínimos, prevalecem dívidas de longo prazo, associadas a financiamentos imobiliários e de veículos, distribuindo o pagamento ao longo do tempo e garantindo maior estabilidade e previsibilidade no fluxo de caixa.

Características das dívidas a pagar (%), por renda, Espírito Santo, janeiro de 2026

	ATÉ 10 salários		ACIMA DE 10 salários	
	jan/2026	dez/2025	jan/2026	dez/2025
Tempo de comprometimento com dívidas				
Dívidas de curto prazo (até 6 meses)	48,0	46,4	52,6	52,3
Dívidas de longo prazo (acima de 6 meses)	52,0	53,5	47,4	47,7
Renda comprometida com dívidas				
até 10%	26,8	27,3	37,8	38,6
de 11% a 50%	50,4	48,7	56,4	54,2
acima de 50%	22,8	24,0	5,8	7,2

Fonte: CNC. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

Nota: Não foram incluídos o percentual de famílias que não souberam responder às perguntas.

Do ponto de vista econômico, esse perfil de endividamento afeta diretamente o consumo e a vulnerabilidade das famílias. As famílias de menor renda, mais expostas a crédito

caro e de curto prazo, ficam menos protegidas contra imprevistos, têm menor espaço para ajustar o consumo e enfrentam maior risco de inadimplência.

Já as famílias de maior renda possuem um endividamento mais sustentável, com maior folga para manter o consumo e menor chance de desequilíbrios no orçamento.

Em resumo, esse padrão reforça a diferença na capacidade de reação econômica entre os grupos e amplia as desigualdades no bem-estar financeiro.

OPINIÃO DO CONSUMIDOR CAPIXABA



Consumidor Capixaba

“Tudo começou com uma dívida pequena no cartão de crédito, mas os juros foram aumentando e eu não consegui acompanhar.”

A person wearing a pink long-sleeved shirt is seated at a white desk. They are holding a silver smartphone in their left hand and a white credit card with a grey stripe in their right hand. The desk is cluttered with several sheets of paper, some of which appear to be forms or contracts. A laptop is partially visible on the left side of the frame, and a pair of glasses is on the right. The background is a bright, out-of-focus indoor setting.

Perfil do entrevistado: homem, aproximadamente 35 anos, pertencente a faixa de renda mais elevada.

TENDÊNCIA

FEIRÕES DE RENEGOCIAÇÃO COMO INSTRUMENTO ESTRUTURAL DE GESTÃO DA INADIMPLÊNCIA

Nos últimos anos, os feirões de renegociação de dívidas deixaram de ser iniciativas esporádicas para se consolidarem como um instrumento recorrente de enfrentamento da inadimplência no Brasil.

Em um contexto marcado por elevado endividamento das famílias, juros altos e uso intensivo do crédito de curto prazo, essas ações passaram a ocupar um papel estrutural na recomposição da capacidade de pagamento dos consumidores.



Os dados da PEIC mostram que, mesmo com a redução da inadimplência, o custo médio das dívidas em atraso segue elevado, o que dificulta a regularização espontânea por parte das famílias. Nesse cenário, os feirões atuam como um mecanismo de ruptura do ciclo de endividamento, ao oferecer condições que não estão disponíveis nas negociações individuais tradicionais, como descontos expressivos, alongamento de prazos e parcelamentos compatíveis com a renda.

Além do efeito financeiro direto, essas iniciativas exercem impacto relevante sobre o comportamento do consumidor. A possibilidade de regularização concentrada, com regras claras e horizonte definido, reduz a inércia da inadimplência e diminui o

peso emocional associado ao nome negativado. O depoimento analisado neste relatório ilustra esse movimento, ao evidenciar que a renegociação viável foi decisiva para restabelecer o planejamento financeiro e a sensação de segurança do entrevistado.

Do ponto de vista sistêmico, a recorrência dos feirões sinaliza uma adaptação do mercado de crédito à realidade de juros elevados e renda pressionada. Instituições financeiras, empresas credoras e órgãos de proteção ao crédito passaram a incorporar a renegociação em massa como estratégia para reduzir estoques de inadimplência, ao mesmo tempo em que evitam a perda definitiva de consumidores do sistema formal de crédito.

A tendência, portanto, indica que os feirões de renegociação tendem a se manter como parte integrante do funcionamento do mercado de crédito brasileiro, especialmente enquanto persistirem níveis elevados de endividamento.

Mais do que ações emergenciais, essas iniciativas passam a desempenhar um papel permanente na reestruturação financeira das famílias e na sustentação do consumo futuro.



Notas

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), apresenta o perfil do compromisso financeiro (endividamento) e a capacidade de pagamento (inadimplência) das famílias capixabas. De forma complementar, também foram usados os dados do Serasa Experian, com características gerais da dívida capixaba. A análise destes dados permite entender quais os impactos do endividamento e da inadimplência no consumo futuro destas famílias. Foram usados dados referentes a maio (Serasa) e junho (CNC) de 2025. Com o aumento da importância do crédito na economia brasileira, sobretudo o crédito ao consumidor, o acompanhamento desses indicadores é fundamental para analisar a capacidade de consumo futura.

Os principais indicadores da Peic são:

- . Percentual de famílias endividadadas – consumidores que declaram ter dívidas na família nas principais modalidades;
- . Principais tipos de dívida – entre cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro, financiamento de casa e outras dívidas;
- . Nível de endividamento – entre muito, mais ou menos ou pouco endividadados;
- . Tempo de comprometimento com dívidas – até três meses, de três a seis meses, de seis meses a um ano e maior que um ano;
- . Percentual de famílias com contas/dívidas em atraso – consumidores com contas ou dívidas atrasadas no mês;
- . Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual dos que afirmam que não terão condições de pagar as contas e/ou dívidas em atraso no próximo mês e, portanto, permanecerão inadimplentes;
- . Tempo de atraso no pagamento – até 30 dias, de 30 a 90 dias e mais que 90 dias.

A estimação do número de famílias endividadadas ou inadimplentes foi estimada a partir das informações divulgadas pela CNC e pelo Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2022. Para determinar o número de famílias, a ideia de núcleo familiar da CNC (pessoas que moram com o entrevistado) foi extrapolada para ideia de domicílio particular permanente ocupado do IBGE (local estruturado, separado e independente, destinado a habitação de uma ou mais pessoas). Assim,

$NFE = PFE \times NDPPO$

Sendo:

NFE – Número de famílias endividadadas apresentado pela Equipe Connect/Fecomercio

PFE – Percentual de famílias endividadadas, disponibilizado pela CNC

NDPPO – Número de Domicílios Particulares Permanentes Ocupados, divulgados pelo IBGE no Censo Demográfico de 2024.

Censo Demográfico de 2024.

EXPEDIENTE: Presidente do Sistema Fecomércio-ES/Sesc/Senac: Idalberto Luiz Moro | Diretor Sesc-ES: Luiz Henrique Toniato | Diretor Senac-ES: Richardson Schmittell | Superintendente Fecomércio-ES: Wagner Corrêa | Diretor de Relações Institucionais Fecomércio-ES: Cezar Wagner Pinto | Equipe Connect Fecomércio-ES: André Spalenza : Karina Tonini : Felipe Montini : Eduarda Gripp : Gercione Dionizio : Paulo Rody : Samuel de O. Cabral : Mateus Haddad : Ryan Procopio : João Guimarães | Tel.: 3205-0706 | www.fecomercio-es.com.br